

RESTOS MORTAIS. Acondicionamento inadequado de ossadas humanas é problema antigo no IML de Maceió

Descaso de mais de duas décadas

Para direção do Instituto Médico Legal, ossos não estavam jogados como lixo; ossadas localizadas em antiga sede do órgão estariam "sendo catalogadas"

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

O descaso, para não dizer desrespeito, com os corpos que chegam ao Instituto Médico Legal Estácio de Lima (IML/Maceió) sem identificação, remontam há mais de 20 anos. Não é por falta de pessoal qualificado para dizer quem é e de que forma aquele indivíduo morreu que, em Alagoas, muitos corpos passam anos sem serem identificados.

A explicação para fatos como a denúncia que fez, ontem, o jornal Folha de São Paulo, que 'descobriu' ossadas humanas jogadas no antigo prédio do IML/Maceió, no bairro do Trapiche, está na falta de vontade política dos gover-

nos para resolver, em definitivo, uma questão que se arrasta há mais de duas décadas.

"Essa é uma questão séria, e já denunciada. A Gazeta já mostrou, em várias reportagens, achados de ossadas humanas, em Maceió, e várias outras cidades, além das frequentes denúncias sobre as precárias condições do IML", reagiu o historiador Geraldo Majella Marques, autor de livro sobre a existência de cemitérios clandestinos em Alagoas.

Para ele, a identificação de corpos e ossadas humanas é uma questão de humanidade e de segurança pública. O historiador destaca os muitos casos emblemáticos, como o desaparecimento do adolescen-

te Davi da Silva, em agosto de 2014, que dependem da ação do Instituto Médico Legal, e que provam a importância da perícia forense.

NORMAS TÉCNICAS

Ontem, ao ser questionado sobre a denúncia da Folha, o diretor do IML, médico legista Fernando Marcelo de Paula, desmentiu que os ossos humanos estivessem jogados como lixo.

Mesmo admitindo que a forma como estavam acondicionados não é a mais adequada, o diretor assegurou que as ossadas estavam sendo catalogadas conforme normas técnicas, para serem removidas para a sede provisória do Instituto.

"A remoção é um trabalho técnico e demorado", disse Fernando de Paula, acrescentando que a remoção já foi praticamente concluída. O diretor admite que a perícia legal



GILBERTO FARIAS

Local onde as ossadas abandonadas estão sendo catalogadas conforme normas técnicas, para serem removidas à sede provisória do Instituto Médico Legal

em Alagoas ainda exige muita atenção, para evitar que corpos e ossadas sejam mantidos no IML fora das normas e procedimentos.

Segundo ele, além do espaço adequado para funcionamento do instituto médico legal, é preciso que Maceió disponha de um cemitério para enterrar indigentes depois que eles

são registrados naquele órgão. "A estrutura para o IML está bem próxima. Falta espaço para enterrar indigentes", disse Fernando.

Na denúncia, a Folha afirma que ossadas humanas estão abandonadas no antigo prédio do IML Maceió. Parte delas ainda com etiqueta do Núcleo de Estatísticas e Análise Cri-

minal (Neac) da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Propriedade da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o prédio onde as ossadas foram vistas está desativado. Em agosto do ano passado, a Ufal estabeleceu prazo de 240 dias, para retomá-lo com "limpeza, lavagem e pintura".